

Mesa-redonda  
**Acessibilidade e ensino**



## Flávio de Lemos Carsalade

Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG

Para que possamos focar a questão da acessibilidade em suas relações com o patrimônio histórico é importante tentarmos compreender a amplitude desse conceito, da forma como o entendemos hoje. Nesse sentido, é interessante nos referirmos, de maneira mais abrangente, ao conceito de *patrimônio cultural* pois este engloba, além do patrimônio histórico e artístico construído, aquele que nos é transmitido pelo exercício da cultura. Nessa ótica maior, devemos considerar os bens móveis, as construções e o que chamamos de patrimônio imaterial ou intangível: os saberes, as tradições, os costumes. Essa abordagem mais abrangente extrapola a idéia, como a entende o senso comum, de que o patrimônio cultural seria, apenas, aquele ligado à excelência estilística ou tectônica, ou aquele que costumamos associar à idéia de monumento. O patrimônio cultural abrange, nesse conceito moderno, aquilo que vai além do excepcional, incorporando o exemplar e aquilo que diz respeito à memória coletiva. Portanto, é patrimônio cultural, por exemplo, uma casa singela desde que seja significativa de uma determinada evolução urbana ou de um determinado momento histórico ou, ainda, porque tenha sediado uma ocasião de transformação social.

Uma noção ampliada também entende o patrimônio cultural na perspectiva de sua função social. Assim, o patrimônio não é só o bem isolado, o edifício ou a peça de arte em si, mas se referencia a um determinado povo, um contexto urbano específico localizado em tempo e espaço precisos. Não é por acaso que a valorização do patrimônio incide, hoje em dia, no trabalho sobre conjuntos urbanos, entendendo-os como aqueles lugares onde ainda se consegue preservar uma determinada ambiência com significado para quem os frui; um significado maior em termos de memória, de ligação com o passado. Por trás de toda essa elaboração do conceito de patrimônio cultural está sua importância como principal vetor de identidade, que se materializa nos conjuntos urbanos, no bem excepcional, no bem exemplar, nos saberes, nos costumes e tradições. Assim, sua grande contribuição para a sociedade é exatamente conferir-lhe identidade, uma condição de unicidade entre outros grupos, um lugar na história e um lugar geográfico.

O patrimônio cultural cria laços entre as pessoas de modo que se reconheçam como comunidade. Assim, elas conseguem compartilhar também ideais e metas e, nesse sentido, o patrimônio estimula ideais de cidadania.

Quando tratamos da acessibilidade do patrimônio cultural não estamos nos referindo, apenas, à acessibilidade física, embora seja esta a questão central para engenheiros e grande parte dos arquitetos. O acesso ao patrimônio, para esses grupos, trata de criar condições de remoção de obstáculos arquitetônicos. Para que o patrimônio seja, efetivamente, instrumento de cidadania, há que se ter acessibilidade universal a ele. As pessoas que o fruem devem se sentir imersas em sua ambiência particular e integradas ao caráter específico da comunidade. Assim, as condições de acessibilidade não devem ser pensadas, apenas, para aqueles que têm algum tipo de deficiência física mas, também, para os que pertencem a classes sociais menos favorecidas, para os idosos, para quem está excluído do processo de globa-

lização. Enfim, tornar-se, efetivamente, acessibilidade *universal*. Qualquer pessoa que tenha alguma restrição à fruição dos bens culturais merece acesso a eles. Cabe reforçar aqui que os bens não se restringem apenas ao acervo do patrimônio material mas, também, ao imaterial em suas diferentes manifestações sejam elas musicais, de costumes, tradições ou saberes.

Tão importante quanto remover obstáculos é buscar formas de incorporar o patrimônio à vivência cotidiana do fruidor. Por exemplo, como se transmitir a quem tem algum tipo de deficiência visual a beleza de uma pintura ou o significado de uma talha? Parece-me que faz parte da fruição do patrimônio a criação de interfaces mais ágeis entre o fruidor e o bem cultural. Enquanto estivermos preocupados, embora legitimamente, apenas com a remoção de obstáculos físicos, poderemos não nos inquietar com a integração e a acessibilidade de maneira ampla. Esse é um desafio importante no dia-a-dia de quem trabalha com o patrimônio cultural.

No caso específico da acessibilidade física aos edifícios do patrimônio, imagino que tenhamos alguns outros recortes possíveis. Ao acompanhar os debates profissionais e aqueles realizados em escolas de arquitetura, percebemos que a preocupação com a questão está presente, se não em todos nossos cursos, pelo menos em grande parte deles. Os novos prédios tendem a ser cada vez mais acessíveis e, além da movimentação que se vê nesse sentido, já possuímos uma certa garantia dada pelas leis e pelos currículos de arquitetura.

Com os prédios antigos – incluindo-se aqui até mesmo os exemplares de nossa arquitetura modernista – existem vários problemas com relação à acessibilidade física. O mais comum é a existência de escadas como única forma de circulação vertical.

Quando começamos a nos preocupar com esses aspectos, verificamos como é realmente grande a presença de degraus em nossos prédios históricos. Recentemente, no Iepha/MG, só para citar um exemplo mais próximo, estivemos trabalhando em dois casos: a Igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto e o Grande Hotel de Araxá. No caso de Ouro Preto, o problema começa pelo próprio espaço urbano, no qual é difícil o deslocamento do portador de deficiência e, até mesmo, do usuário comum. Para se chegar ao adro da Igreja há uma passagem muito pequena e estreita com cinco degraus de grandes espelhos. Transposto o adro, existem mais três degraus de pedra para se alcançar a nave. A fruição do prédio, se observada apressadamente, pode parecer eminentemente térrea. No entanto, ele é inacessível.

No Grande Hotel de Araxá entre quase todos os cômodos existe, pelo menos, um degrau, as circulações são sempre um patamar mais baixas que os espaços de estar e em praticamente toda porta há um problema de acessibilidade, como diferenças de nível e vãos estreitos.

Essas situações apresentam-se de forma contundente no Iepha/MG e nos fazem questionar como resolver a acessibilidade física da fruição do bem cultural. É óbvio que esse questionamento aponta para uma gama enorme de possibilidades de solução em face da diversidade de situações.

Talvez pudéssemos citar caminhos sem empobrecer a discussão, mas fazendo alguns recortes possíveis além das soluções arquitetônicas.

Devemos pensar nas soluções tecnológicas e metodológicas.

Tentarei explorar, rapidamente, cada uma dessas vertentes para que possamos, se não resolver os problemas expostos, pelo menos abrir espaços para discuti-los.

Sobre o aspecto metodológico pensemos nos museus. O museu é, em si, um bem cultural. Antigamente, ou como o senso comum entendia, o museu era um equipamento urba-

no que estava colocado fora da vida cotidiana da cidade. Era, muitas vezes, apenas um passeio de fim de semana ou um lugar ao qual as escolas levavam os meninos para um piquenique – e as crianças estavam mais interessadas no piquenique do que no museu. A nossa expectativa é, exatamente, a de transformar essa realidade, porque o museu tem mais significado e é tanto mais poderoso como instrumento de integração social, quanto mais está inserido no cotidiano.

Daí a importância de se integrar o patrimônio cultural ao desenvolvimento econômico e social das comunidades.

Parece-me que a preocupação de fundo com a inserção do patrimônio cultural na vida cotidiana é semelhante àquela relativa aos que sofrem de algum problema de locomoção, algum problema físico: a de sua inserção nas atividades do dia-a-dia. Este é o ponto chave da questão: *a inclusão do patrimônio cultural no cotidiano e a acessibilidade universal a esse patrimônio.*

Já existem técnicas sendo pensadas para isso. Gostaria de citar, a título de exemplo, a metodologia chamada *planejamento interpretativo* desenvolvida especialmente pelos ingleses, que busca criar interfaces entre o fruidor do lugar e o estrangeiro ou aqueles de diferentes categorias sociais. A geração de técnicas está colocada a serviço do entendimento do significado mais profundo do bem cultural e, não apenas, do ato de atrair o sujeito ao museu e deixá-lo sem canais de interpretação do acervo exposto. Outras questões metodológicas poderiam ser citadas, como aquelas ligadas à educação patrimonial e à conscientização das comunidades sobre a importância do patrimônio cultural.

Em seu campo específico, as soluções arquitetônicas visam promover a acessibilidade, ao mesmo tempo em que a compatibilizam com os demais critérios de intervenção nos objetos históricos, especialmente os edifícios. De certa forma, os critérios vigentes de intervenção no patrimônio cultural facilitam a criação de rampas, portas e outros elementos arquitetônicos adequados à livre movimentação porque, quando se vai realizar uma intervenção contemporânea em um edifício histórico, segundo as cartas internacionais, ela tem que ser claramente datada. Isso significa que não se pode, por exemplo pois não é lícito, criar um elemento em uma igreja do século XVIII que falseie o século XVIII. A intervenção deve ser claramente lida como contemporânea que busca recuperar, reabilitar enfim, restaurar o bem cultural.

Apresentarei três exemplos dessa compatibilização, infelizmente europeus, porque os exemplos brasileiros ainda são incipientes. Como se pode observar nas ilustrações, as intervenções arquitetônicas podem ser, obviamente, fixas ou móveis. Ocorrem trabalhos fixos quando a intervenção admite a harmonia permanente entre o novo elemento e o antigo. As intervenções móveis são aquelas que podem ser retiradas no caso de incompatibilidade com um elemento permanente como ocorre, por exemplo, na Igreja de São Francisco de Assis, onde a remoção de elementos de acesso permite que o bem seja fotografado em sua integridade original ou tenha visibilidade integral quando isso for necessário. Nesses casos, uma intervenção fixa, como uma rampa, poderia criar problemas, especialmente nos locais onde o único acesso possível é a entrada principal.

A acessibilidade removível pode ser, então, uma solução. Pode-se ver em Istambul, na Turquia, o pátio do palácio Topkapi. Alguns tipos de rampa servem para superar pequenos obstáculos. Os problemas no *design* dessas rampas são as arestas laterais que podem facilitar

tropeços. Outra rampa, esta uma solução belíssima, está em Florença, na entrada do Claustro de San Lorenzo onde fica a biblioteca Laurenziana. A rampa colocada à esquerda parece fixa mas, na realidade, não o é. Embora lá esteja quase todo o tempo, pode ser retirada quando for o caso de visão original do edifício. Ela foi colocada sobre a escadaria em posição adequada, em composição harmônica. Inclusive o muro de pequena altura colocado entre a rampa e a escadaria é todo feito em madeira, removível, revestido de forma a lembrar o tratamento dado à própria fachada do Claustro. Com isso, resolve de maneira brilhante a entrada da biblioteca Laurenziana. Outro exemplo está em Florença, no palácio Medici-Riccardi e é a solução para um degrau muito parecida com a que estamos usando no Grande Hotel de Araxá. O degrau é feito em rampa com laterais, que evitam tropeções ou qualquer tipo de situação mais perigosa.

Os casos citados mostram que é possível na arquitetura, especialmente na arquitetura de patrimônio cultural, resolver o problema da acessibilidade. Não são situações simples de se resolver, têm sido estudadas caso a caso e assim deve ser. Mas apesar disso, os conflitos entre os técnicos do patrimônio e os técnicos da acessibilidade são, muitas vezes, complexos e, embora exista sensibilidade e aparato legal, as relações não são muito simples. Por isso, é importante investir na linha tecnológica pelo desenvolvimento de equipamentos que possam resolver possíveis incompatibilidades entre acesso e patrimônio. A solução tecnológica deve resolver a acessibilidade ampliada à qual nos referimos anteriormente, facilitando a fruição cultural para os diversos tipos de deficiência como, por exemplo, a audiência de uma música barroca por um deficiente auditivo. Nessa linha, já é de larga escala na Europa e nos Estados Unidos o uso de equipamentos mecânicos adaptados ao corrimão no qual se acopla uma cadeira de rodas associada a um motor que faz com que a cadeira suba por ele até outro pavimento ou, mesmo, por plataformas e rampas discretamente colocadas em ambientes históricos. O desenvolvimento de tecnologia apropriada é outro desafio que se coloca no dia-a-dia.

O Iepha/MG cuida do patrimônio cultural mas não é proprietário da maior parte dos prédios históricos. O que temos procurado fazer é, a cada nova intervenção nesses prédios, incorporar o critério da acessibilidade.

Como não existem recursos para todo o investimento necessário nesses edifícios, é claro que sobra um grande patrimônio inacessível que, com o tempo, vem sendo adaptado.

O Iepha/MG presta assessoria técnica para isso, mas o que se espera é que a sociedade se junte a esse esforço facilitado pelo trabalho da Promotoria Pública que obriga que todo prédio público seja acessível.

O Iepha/MG tem toda a disposição e o interesse em contribuir. Afinal da mesma forma que se estimula a cidadania pela acessibilidade, ela é também estimulada pela fruição universal do bem cultural.

## Leonardo Barci Castriota

Arquiteto, Doutor em Filosofia, professor da UFMG e presidente do IAB-MG (2000-2001)

**A**cessibilidade é uma daquelas idéias cujos níveis de significação se sobrepõem e se enriquecem mutuamente. Assim, se em relação a esse rico e multifacetado tema tendemos a delimitar o campo, num primeiro momento, à problemática envolvendo pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, numa reflexão mais aprofundada, podemos perceber que se trata de uma discussão muito mais ampla. Proponho-me aqui a abordar o tema em dois níveis, mostrando, ainda, como eles são inter-relacionados.

Num primeiro momento, que se refere à concepção mais limitada do assunto, tendemos a pensar a temática da acessibilidade referida unicamente à possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. Neste nível, na área de atuação do arquiteto e urbanista, poderíamos abordar, por exemplo, a questão do chamado “*design* universal”, cuja principal característica é, justamente, possibilitar o nível mais amplo de acessibilidade, considerando as necessidades dos usuários tanto em condições comuns, quanto extremas. A grande aceitabilidade econômica deste tipo de *design* – aquilo que tem grande amplitude de abrangência e que é, assim, bem aceito pelo mercado – já nos mostra o alcance desta perspectiva. Não vou me deter, no entanto, na análise do “*design* universal”, já abordado de forma competente em textos especializados e em cartilhas para o grande público. Em vez disso, vou me concentrar, neste ponto, na discrepância existente entre a dimensão legal-conceitual e a dimensão prático-política no que concerne à acessibilidade física no âmbito da cidade.

Num segundo nível, no entanto, parece-me necessária, também, uma abordagem mais ampla do tema, que não vai estar, como veremos, desvinculada da primeira. De fato, ao se pensar, como mostraremos, na questão da “cidade acessível”, não há como ignorar a situação especial das pessoas portadoras de algum tipo de deficiência.

### ACESSIBILIDADE FÍSICA: A DIMENSÃO LEGAL-CONCEITUAL

A discussão sobre o primeiro nível distinguido por nós encontra-se bastante aprofundada, e é refletida numa série de documentos e peças legislativas, que espelham, pelo menos idealmente, o grau de propagação social desta temática. Já sob o ponto de vista de definição, esta é bastante clara nas peças legislativas. Assim, conforme os artigos 3 e 4 do Capítulo I do Decreto Federal n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, entende-se que deficiência é “todo e qualquer comprometimento que afeta a integridade da pessoa e traz prejuízos na sua locomoção, na coordenação de movimentos, na fala, na compreensão de informações, na orientação espacial ou na percepção e contato com as outras pessoas”. Segundo essa definição, a deficiência geraria dificuldade ou impossibilidade de execução de atividades comuns às outras

pessoas, resultando, inclusive, na dificuldade da manutenção de emprego. Com isso, muitas vezes, torna-se necessária a utilização de equipamentos diversos que permitam melhor convívio, dadas as barreiras impostas pelo ambiente social (art. 3, inciso I). Assim, a Constituição Federal de 1988 trata de forma diferenciada as pessoas com deficiência.

No corpo da legislação, essa regulamentação vai ser detalhada, distinguindo-se vários tipos de deficiência. Assim, deficiência física vai ser definida como “todo comprometimento da mobilidade, da coordenação motora geral e da fala, causada por lesões neurológicas, neuromusculares e ortopédicas ou ainda por má formação congênita ou adquirida” (art. 3, inciso I); a deficiência mental como “um atraso ou lentidão no desenvolvimento cognitivo adquirido até os 18 anos que pode ser percebido na maneira de falar, caminhar, escrever, autocuidado, entre outros” (art. 3, inciso IV); a deficiência visual como “a perda ou redução da capacidade visual em ambos olhos em caráter definitivo e que não possa ser melhorada ou corrigida com uso de tratamento cirúrgico, clínico e/ou lentes”<sup>1</sup> e a deficiência auditiva como “a perda total ou parcial da capacidade de compreender a fala através do ouvido” (art 4, inciso I).<sup>2</sup> Em resposta a todas as formas de deficiência, há uma série de normas em todos os níveis, federal, estadual e municipal, que garantem a acessibilidade dos portadores de deficiência.

A própria Constituição de 1988, no seu artigo 227, parágrafo 2º, estabelece que a lei disporá sobre normas de construção de logradouros e de edifícios de uso público e sobre normas de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir o acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

Infra-constitucionalmente, são as leis n. 7.853/89 e 10.098/00, que fazem esse papel. A primeira estabelece o apoio às pessoas portadoras de deficiência e a segunda estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida às vias públicas, parques, espaços públicos, edifícios públicos ou de uso coletivo, edifícios privados, veículos de transporte coletivo e sistemas de comunicação e sinalização. Além disso, há, também, o Decreto Federal n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei n. 7.853/89.

Em Minas Gerais, a garantia da acessibilidade, também, está presente na Constituição Estadual de 1989, em seu artigo 224, parágrafo 1º, e na própria Lei Estadual n. 11.666, de 9 de dezembro de 1994, que estabelece normas para acesso das pessoas portadoras de deficiência aos edifícios de uso público. Com relação à acessibilidade à comunicação, a Lei Estadual n. 13.623/00 determina que as mensagens de publicidade de atos, programas, serviços e campanhas da administração direta e indireta do Estado veiculadas na televisão terão tradução simultânea para a linguagem de sinais e serão apresentadas em legendas, com o objetivo de se tornarem acessíveis aos portadores de deficiência auditiva.

No município de Belo Horizonte, a Lei Orgânica Municipal de 21 de março de 1990, no seu art. 186, VII, diz que a lei garantirá tal acessibilidade, mas esta lei municipal ainda não existe. Há ainda a Lei n. 8.007/2000 que, nos seus artigos 33 a 35, cria o “Programa Municipal de Eliminação de Barreiras Arquitetônicas, Urbanísticas, de Transportes e de

<sup>1</sup> O Decreto 3.298 considera deficiente visual a pessoa que tem dificuldade ou impossibilidade de enxergar a uma distância de 6 metros o que uma pessoa sem deficiência enxergaria a 60 metros, após a melhor correção, ou que tenha o campo visual (área de percepção visual) limitada a 20%, ou com ambas as situações. (art. 4, inciso III)

<sup>2</sup> Aqui faz-se a distinção entre “surdez leve”, onde a pessoa consegue se expressar oralmente e perceber a voz humana com ou sem a utilização de um aparelho, e a “surdez profunda”.



Comunicação”. Entretanto, este, também, não foi regulamentado. Já a Lei n. 7.653/99 estabelece a obrigatoriedade da instalação de sanitários adaptados para pessoa portadora de deficiência nos prédios públicos a serem construídos no município e a Lei n. 7.190/96 condiciona a liberação da certidão de baixa e habite-se à instalação, nos prédios a serem construídos, de dispositivos apropriados aos portadores de deficiência.

No entanto, apesar de existir este impressionante aparato legal, grande parte desses “direitos” não saem do papel. Partimos de uma constatação singela, que por si só já reflete a distância entre o conceito e a lei, e a prática. *A grande maioria dos locais e prédios públicos não é acessível.* Caberia agora nos interrogarmos sobre o porquê desta discrepância.

## ACESSIBILIDADE FÍSICA: A DIMENSÃO PRÁTICO-POLÍTICA

A primeira questão que nos ocorre frente a este quadro é como agir para fazer valer esses direitos, garantidos por lei, mas não respeitados na prática. No nosso sistema, no caso da não efetivação de um direito, o cidadão deve procurar o Promotor de Justiça de sua cidade ou um advogado e denunciar a falta de acessibilidade. Lei para isso é o que não falta. A Lei 10.098/00 determina que tanto os edifícios públicos ou de uso coletivo como os edifícios de uso privado devem ser acessíveis, conforme os seus artigos 11 a 15. Também a Lei 10.048/00 determina, em seu art. 4º, que os logradouros e sanitários públicos, bem como os edifícios de uso público, terão normas de construção, para efeito de licenciamento da respectiva edificação, baixadas pela autoridade competente, destinadas a facilitar o acesso e o uso desses locais pelas pessoas portadoras de deficiência.

Se lei não falta, a não efetivação dos direitos esbarra, a nosso ver, em outro nível de problema. Quando analisamos a ação dos diversos órgãos públicos, fica claro que, na verdade, a despeito das constantes declarações de boas intenções, falta efetivamente vontade política e de gestão. Como exemplo, poderíamos citar o caso de Belo Horizonte. Ainda em 1996, a Prefeitura Municipal, constatando aquilo que denominava a “incompatibilidade existente entre a cidade e seus munícipes”, anunciou a elaboração de um plano de acessibilidade físico-ambiental para o município. Esse plano passaria por várias etapas, que incluíam, entre outras, a revisão e complementação da legislação vigente, a sensibilização da população, das entidades representativas dos vários segmentos da sociedade; a conscientização irrestrita do total direito à cidadania e o treinamento do corpo técnico para lidar com uma sociedade inclusiva.

Ana Lúcia Mascarenhas, então chefe do Departamento de Planejamento e Programação da Sudecap-BH (Superintendência do Desenvolvimento da Capital) e integrante da Comissão Municipal para Elaboração do Plano de Acessibilidade BH, formulava a esse respeito a seguinte consideração:

A partir desse plano, vamos estar construindo um novo modelo de cidade. Temos que trabalhar a cidade já construída dentro do modelo de inclusão. Temos que desenvolver planos de ação para adequação da cidade já construída, a fim de que essa possa realmente receber todos os seus cidadãos, manter uma comissão permanente para elaborar normas, fiscalizar efetivamente, desenvolver mecanismos de incentivo à implementação da acessibilidade e controlá-los. (Mascarenhas, 2001)

Pergunta-se: o quanto disto foi feito e efetivamente implantado, hoje, cinco anos depois? Quase nada, como se pode constatar com um simples passeio pelo centro da cidade.

Um simples passeio pelas ruas de Belo Horizonte nos mostraria, também, problemas de toda ordem no que se refere à acessibilidade universal. Tomemos, também, a título de exemplo, uma outra questão: a da normatização do espaço públicos. Para ficarmos na análise da sua dimensão mais simples – pisos e passeios, poderíamos apontar uma série de problemas graves: não existência de uma área de circulação livre de barreiras, não existência de padronização do mobiliário urbano, além de uma série de intervenções indiscriminadas das diversas agências públicas. No que se refere, por exemplo, à necessária implantação das rampas de passeio, são igualmente sérios os problemas advindos da ação tanto das diversas concessionárias de serviços como da própria Prefeitura, como BHTrans, Sudacap, entre outros.

## A CIDADE ACESSÍVEL

No entanto, esta abordagem, por mais importante que seja, não esgota o problema. Afinal, se pensamos em inclusão, o que significa de verdade uma *cidade acessível*? Os nossos espaços e nossas cidades são acessíveis a quem? Para situarmos essa questão, vale a pena considerarmos, por um momento, a analogia proposta por Philip M. Harter, MD, da Universidade Stanford. Segundo ele, se pudéssemos reduzir a população da terra para uma aldeia de exatamente 100 pessoas, com todas as relações humanas existentes permanecendo as mesmas, chegaríamos mais ou menos ao seguinte quadro:

- 57 asiáticos, 21 europeus, 14 do hemisfério ocidental, do norte e do sul, e 8 africanos;
  - 52 seriam mulheres, e 48 seriam homens;
  - 70 seriam não-brancos; 30 seriam brancos;
  - 70 seriam não-cristãos; 30 seriam cristãos;
  - 89 seriam heterossexuais; 11 seriam homossexuais;
  - 6 possuiriam 59% de toda a riqueza do mundo e todos os 6 seriam dos Estados Unidos;
  - 80 habitariam moradias de baixo padrão;
  - 70 não saberiam ler;
  - 50 sofreriam de subnutrição;
  - 1 estaria próximo da morte; 1 estaria próximo de nascer;
  - 1 teria educação universitária;
  - 1 possuiria um computador.
- ([http://www.busn.ucok.edu/moreyism/new\\_page\\_1.htm](http://www.busn.ucok.edu/moreyism/new_page_1.htm))

Esta situação de desigualdade tem se aprofundado nas últimas décadas, com a adoção generalizada de políticas neoliberais, que fragilizam as relações de trabalho e aumentam a espoliação internacional. Dois indicadores documentam bem essas conseqüências: a redução do peso relativo do trabalho na composição do produto interno bruto dos diversos países e o preço relativo das mercadorias exportados por países do chamado “Terceiro Mundo” neste período.

Esta situação grave reflete-se de forma ainda mais profunda em nosso país, já marcado por uma das maiores desigualdades sociais e econômicas do mundo. Entre nós, os efeitos dessas políticas têm sido duplamente danosos, excluindo crescentes setores da sociedade e aprofundando o fosso já existente entre as classes.

Num importante estudo, “Cidadão Privado e Sub-cidadão Público”, o Professor Lúcio Kowarick parte da constatação óbvia de que a pobreza é dependente de um conjunto de fatores, em que o triângulo grau de instrução, nível de qualificação profissional e montante de rendimentos constitui fator primordial. No entanto, aprofunda sua perspectiva, colocando uma segunda premissa analítica. Alargando a noção de exclusão social e econômica, Kowarick mostra que ela “não é apenas a materialidade objetiva que decorre primordialmente do processo de venda de força de trabalho e do seu estoque, que, no caso das cidades supõe também o acesso aos bens de consumo coletivo”!, mas passa pelo processo de *produção da experiência* do qual decorrem os significados para as diferentes camadas da população. (Kowarick, 2000, p. 83)

Nesta linha de análise, à espoliação urbana – que se entendia como “ausência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que, conjuntamente com o acesso à terra, mostram-se socialmente necessários à reprodução urbana dos trabalhadores” – junta-se a “subcidadania pública”.<sup>3</sup>

Não há como falar em acessibilidade em nossas cidades, sem se abordar esta situação. Afinal, a quem este ou aquele espaço é acessível? É importante, a nosso ver, lembrarmos-nos de que mais resilientes que as barreiras físicas – aquelas dos passeios esburacados ou intransitáveis, dos prédios sem rampas e dos muros altos dos condomínios fechados – são as “barreiras invisíveis” tão bem demarcadas em nossa sociedade excludente. A truculência dos seguranças dos *shopping centers* quando, recentemente, um grupo de sem-terra foi fazer compras não é casual: treinados para manter intocado o sacrário de consumo da classe média, eles devem excluir a qualquer preço daquele ambiente qualquer sinal de diferença.

Assim, em nosso país, é importante sempre nos colocarmos uma questão: a quem este espaço é acessível?

## POR UMA SOCIEDADE SEM BARREIRAS

Para finalizarmos essas colocações, parece-nos necessário indicar, também, ainda que sumariamente, os pontos de convergência entre essas duas dimensões por nós apontadas no conceito de acessibilidade. A acessibilidade física não vai ser alcançada, como vimos, pela simples existência de uma legislação moderna e adequada, mas apenas pela luta por uma cidade sem barreiras e por um ambiente de melhor qualidade. E este último não pode se limitar, setorialmente, à sua dimensão física. Um ambiente de qualidade é, como têm apontado todos os conceitos adotados hoje globalmente, não apenas aquele ambiente com bons indicadores físicos, mas aquele que apresenta bons indicadores sociais. Assim, a luta por uma cidade acessível relaciona-se, naturalmente, à luta por pela diminuição da exclusão, em todas as suas dimensões.

---

<sup>3</sup> Kowarick (2000) define o “cidadão privado” como “aquele que, com seu esforço e perseverança, venceu na vida, pois ergueu durante muitos e penosos anos a sua própria casa”. Núcleo de sociabilidade baseada em contatos primários, ela encarna a realização de um projeto individual de existência: a segurança real e simbólica da propriedade. (p. 94)

## Referências bibliográficas

MASCARENHAS, Ana Lúcia. Acessibilidade. SEMINÁRIO SOCIEDADE INCLUSIVA, 1. Anais... Belo Horizonte: PUC Minas, 2001.

KOWARICK, Lúcio. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 83.

## Marcos Tulio de Mello

Engenheiro civil, presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG).

As discussões sobre as diversas formas de atendimento às necessidades especiais das pessoas enquanto procedimento geral de qualidade configuram um debate candente na sociedade. Faz-se necessário possibilitar a abertura destas discussões do meio acadêmico para a sociedade como um todo.

A Organização das Nações Unidas (ONU) quantificava em 1996 o contingente de cerca de 600 milhões de portadores de necessidades especiais, o que, considerando-se os familiares, representaria 25% da população do planeta diretamente envolvidos com as necessidades especiais.

A inclusão social tem como objetivo *melhorar a qualidade de vida de todos* a partir da referência de necessidades de pessoas portadoras de deficiência, com ênfase na autoconfiança, na acessibilidade ambiental e no desenvolvimento de ações de cidadania.

A sociedade inclusiva engloba uma série de termos além dos relativos à reabilitação, ou normalização, ou ainda integração, para mostrar a necessidade de se olhar para as carências especiais, permanentes ou temporárias. Com o aumento da expectativa de vida, temos obrigação de nos preocuparmos sim. Além disso, existe a questão da necessidade temporária.

As políticas de mercado de trabalho e as políticas públicas devem ser orientadas para buscar melhorias das condições cotidianas e devem ser de longo alcance, orientadas na busca do bem-estar geral, da qualidade de vida. Estudos mostram que isto implica na verdade da economia para a sociedade, onde se depara hoje com a distribuição irregular da riqueza, com a “segurança” do rico em relação ao pobre ou do pobre em relação ao miserável.

Requisitos para a sociedade inclusiva dizem respeito também ao acesso ao transporte, às edificações, à cultura, às leis. Mesmo vencidas estas barreiras, ainda teremos pessoas com necessidades de intérpretes, aparelhos especiais etc.

## HISTÓRICO

### Em geral...

Em 1920, aconteceram as primeiras medidas quanto à acessibilidade e inclusão na América do Sul.

Na década de 60, surge o movimento de vida independente em conjunto com a luta pelos direitos civis nos EUA.

Nos anos 70, observamos a construção de habitações acessíveis na Alemanha.

Em 1978, a Suécia já determinava critérios de construção para novos edifícios (uma

adaptação costuma implicar maior custo; o aumento do custo da inclusão da acessibilidade já no projeto é inferior a 1%).

Na década de 80, tivemos iniciativas de algumas cidades na Europa, com substituições no sistema de transporte por ônibus.

## **No Brasil...**

Até meados da década de 70, a questão da acessibilidade era encaminhada pelos técnicos ou especialistas neste assunto. A meta principal desses profissionais era o atendimento especializado aos portadores de deficiência dentro de instituições.

A primeira entidade foi o Conselho Brasileiro para o Bem-Estar dos Cegos, fundada em 1954. Na busca de maior autonomia e após um longo período de lutas, criou-se em 1973 o Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp).

Durante a década de 80, os surdos, através da Feneis – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, criada em 1984, ampliaram sua atuação política e amadureceram suas lideranças. Este trabalho foi decisivo para a luta por uma mudança de postura em relação aos portadores de deficiência: o paternalismo teria que dar lugar à equiparação de oportunidades. A tutela seria substituída pela cidadania plena. É a postura da Constituição do Brasil, promulgada em 1988.

Em 1986, foi concebida a idéia de uma Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), criada pela lei 7.853, de 1987, que estabelece normas gerais que assegurem o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência e sua efetiva integração social.

## **Políticas de emprego**

Na década de 80, o desemprego entre portadores de necessidades especiais era da ordem de 70% no Brasil.

Em termos de políticas de contratação, na Suécia o contratante tem que provar que não discriminou na seleção. Na Alemanha, por lei, 7% dos empregados têm de ser deficientes, senão o empregador é multado, o que mostra um sinal errado; este é o verdadeiro preceito!

A experiência europeia nos mostra a Alemanha com um sistema de contribuição social compulsória igualitária e a existência de companhias de seguro semipúblicas. Na Escandinávia, os impostos obedecem à regra de que quem possui maior renda dá maior contribuição ao seguro social – na média isto representa um comprometimento de um percentual da renda menor que em outros países.

## **A discussão do tema**

A problemática dos portadores de necessidades especiais tem sido discutida por organizações governamentais e não-governamentais, incluindo a comunidade acadêmica, diretamente relacionadas ao público em questão.

Logo, têm atuado como parceiros neste debate profissionais dos diversos campos de conhecimento, como educadores, psicólogos, planejadores urbanos, profissionais de saúde, do meio jurídico e tantas quantas são as demandas de inclusão social e cidadania das pessoas portadoras de necessidades especiais.

Historicamente, o eixo dessa discussão vem se deslocando de uma abordagem da mera exclusão social dos outrora chamados desvalidos, para o atual debate da inclusão das pessoas, como direito básico, nos diversos meandros da sociedade. Entre um pólo e outro,

coloca-se a sua percepção como objeto da filantropia e assistencialismo, o que durante muito tempo contribuiu para a fragilização dessas pessoas como sujeitos de direitos.

No momento atual, essa problemática vem se colocando como uma questão cultural e, portanto, afeta uma pluralidade de abordagens, o que aponta para a importância do debate, uma vez que se verifica dentro e fora da universidade uma demanda.

Na educação aumenta cada vez mais o número de educadores que anseiam por uma formação adequada, capaz de prepará-los para o atendimento de um crescente número de educandos com necessidades especiais, como prevê a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A legislação deve garantir acesso às escolas normais, não às especiais. A declaração de Salamanca trata da educação especial.

Para garantir o direito de ir-e-vir das pessoas com dificuldade de locomoção, é vital um planejamento dos espaços e dos transportes públicos e privados, prevendo-se a abolição das chamadas barreiras arquitetônicas e ambientais.

Na saúde, uma das mais antigas bandeiras do movimento social das pessoas portadoras de deficiência é a possibilidade de aquisição de medicamentos. Órteses e próteses de qualidade, assim como o atendimento democratizado nos serviços públicos de reabilitação. Além disso, existe a necessidade premente de profissionais da área de saúde com formação específica para o atendimento do público em questão.

No direito, a Constituição de 1988 prevê a ampliação substancial dos direitos das chamadas minorias sociais, entre elas a das pessoas portadoras de deficiência. O Brasil possui hoje, nas três esferas de poder, uma legislação bastante avançada no que toca à proteção dos direitos da cidadania dessas pessoas. Resta, no entanto, promover um amplo conhecimento dessa legislação, tanto na sociedade de modo geral quanto no meio jurídico, a fim de que a mesma seja efetivamente cumprida.

No mercado de trabalho, entre as demandas dos portadores de deficiência pelo reconhecimento da sua cidadania, está também a conquista desse mercado, questão multifacetada que envolve um amplo conhecimento da legislação a respeito, tanto por parte de trabalhadores portadores de deficiência quanto dos empregadores; a promoção da necessária acessibilidade aos locais e equipamentos de trabalho; a qualificação profissional desses trabalhadores e a compatibilização de suas “deficiências” com a função laboral que forem exercer.

## LEGISLAÇÃO SOBRE O TEMA

### A aplicação de normas técnicas da acessibilidade

Além das citações anteriores, é interessante acrescentar uma lei de 1999 que obriga hotéis a adaptarem 2% de suas acomodações aos portadores de necessidades especiais; as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 9.050-94, 9.077-93, 7.192-85, 13.994-97; os Códigos de Obras das Prefeituras, Plano diretor (das cidades que têm obrigação).

### Acessibilidade no dia-a-dia

“O exemplo de vida é muito mais valioso que o conselho de uma pessoa não portadora de necessidade especial” (Ratzka, Seminário PUC Minas, 1999).

O setor automobilístico já apresenta as adaptações dos carros: acelerador manual, freio por alavanca, embreagem automática, inversão do pedal do acelerador. No setor hoteleiro, a Embratur lançaria em outubro um manual de acessibilidade com normas técnicas para hotéis e pontos turísticos que define desde inclinações de rampas e quantidade de vagas

nos estacionamento até atendimentos nos aeroportos e disposição das poltronas em ônibus e trens. Já existem projetistas trabalhando em adaptações de quartos de motel.

A mídia tem trazido boas novas: as adaptações em bancos comerciais, as plataformas de embarque adaptadas em Curitiba (PR), os supermercados com tablóide em braille, que permite ler ofertas com as pontas dos dedos (IstoÉ, 2001), denúncias contra discriminação (IstoÉ, 19/7/2001).

### **Ações dos órgãos públicos**

A sociedade brasileira vive um momento de profunda transição, que vem se processando a partir da Constituição de 1988. Desde então, o reconhecimento dos direitos civis está passando por significativas evoluções. Isso ocorre, em muitos casos, de forma rápida e, em outros, de maneira lenta e gradual. A promulgação do Código de Defesa do Consumidor pode ser vista como um exemplo bastante positivo de reconhecimento dos direitos do cidadão e que foi rápida e positivamente absorvida pela sociedade.

Porém, quem atua cotidianamente nesse segmento tem a exata noção das enormes barreiras que ainda precisam ser vencidas e do longo caminho que é necessário se percorrer para que se atinja um nível satisfatório de educação e comportamento de todos os envolvidos na cadeia de consumo: produtores, fornecedores e consumidores.

E entre os elos dessa cadeia que ainda carece de grande evolução, destaca-se, de forma notória, a necessidade de criação de canais concretos para a inclusão, não só do ponto de vista do mercado de consumo, mas principalmente, da participação cidadã. É impossível deixar de reconhecer que, também nessa questão, nossa sociedade apresentou uma evolução significativa. Mas, lamentavelmente, tal mudança ainda se encontra restrita ao discurso politicamente correto, deixando muito a desejar do ponto de vista prático.

E é na vida prática que notamos o quanto ainda estamos distantes dos discursos que proferimos. Partindo do pressuposto básico de que todos são iguais perante a lei, constatamos, numa rápida análise de nossas cidades, que os equipamentos sociais são excludentes e não são desenvolvidos levando-se em consideração as necessidades especiais pelas desvantagens da deficiência.

É lamentável que tal fenômeno ocorra em relação aos equipamentos que são de obrigatoriedade do Estado prover os cidadãos, assim como também é lamentável que o mesmo ocorra com os equipamentos de empresas privadas, estádios, ônibus, shoppings, sanitários, desenvolvidos sem que se considerasse as necessidades de todos os membros da sociedade, universalmente, sem perder de vista as particularidades de cada um.

Dessa forma, constatamos que a criação de uma sociedade inclusiva, que considere as necessidades e demandas individuais de cada cidadão, carece ainda de um longo processo educacional, além da criação, melhoria e, principalmente, da colocação em prática, do aparato jurídico legal disponível no Brasil.

No que diz respeito aos portadores de deficiência enquanto consumidores, processos têm sido abertos no Procon Municipal, mas a demanda potencial certamente é maior.

Empresas turísticas que não atendem à necessidade, produtos não adequados aos usuários, enfim, questões do dia-a-dia fazem parte do universo de reclamações. Recentemente a Prefeitura de Belo Horizonte colocou à disposição dos portadores de deficiência visual o Código de Defesa do Consumidor em braille e alguns ônibus já dispõem de plataformas.

Outra experiência para se aplaudir são os Grupos da Terceira Idade ou da Maioridade, surgidos em universidades – na importantíssima atividade de extensão – ou mesmo fora dela. O objetivo dessas instituições ou grupos é promover a qualidade de vida das pessoas idosas, através do resgate da cidadania. O trabalho na Maioridade enfoca, basicamente, os aspectos psicológico e social do idoso, no sentido de desenvolver e resgatar as funções men-

tais e sociais para que o idoso possa sentir-se potente e capaz de participar efetivamente da sociedade. A Maioridade também trabalha as famílias e a comunidade para uma conscientização sobre o velho e a velhice, para em última análise haver a inclusão do idoso na sociedade.

Em Minas Gerais, a criação da Comissão Permanente pela Acessibilidade pelo Plenário do Crea-MG, o convênio entre o Crea-MG e o Centro de Vida Independente de Belo Horizonte (CVI-BH), assinado em 29 de setembro de 1999, e o ato 25, de 12/8/1999, mostram a importância dada ao tema pelos profissionais da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia registrados no Crea-MG.

O lema “Inacessível é Inaceitável”, da campanha lançada em 9 de dezembro de 1999, com uma duração de dois anos, propõe um “olhar diferente” para a questão; um processo de reeducação profissional e de conscientização da sociedade. O objetivo da campanha não é diferenciar o portador de deficiência, e sim transformar nosso meio numa sociedade inclusiva.

Somos pela prática do projeto inclusivo para edificações, que propicia a autonomia e o desempenho, com independência, *a todos os usuários*, inclusive os que vivenciam uma *deficiência física permanente ou temporária*.

## Teodomiro Diniz Camargos

Presidente do Sinduscon – Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de Minas Gerais.

O Sinduscon é o Sindicato da Construção Civil que milita com as empresas produtoras, principalmente na área imobiliária. Fazemos parte de um sistema que se agrega em Brasília, que é a Câmara Brasileira da Indústria e da Construção Civil.

Na semana passada, estive em Fortaleza, no Encontro Nacional da Indústria e da Construção, cujo *slogan* era “Construção, cidadanismo e ética”. Nesse encontro é sempre feita uma premiação para a evolução tecnológica. Neste ano, o projeto que mais se destacou foi um projeto de acessibilidade, o qual estrutura a produção de meios-fios mais condizentes para as cidades. O mais interessante é que o engenheiro responsável por esse projeto é um engenheiro paraplégico, de Goiânia, o Augusto Alves, que está preocupado com o tema. Para que ele pudesse chegar à frente do auditório para receber o prêmio, ele teve que ser carregado lá de trás até a frente, porque lá não existia rampa, apenas escada em todo o auditório. Ele fez seu manifesto, lembrou que, de fato, o processo de aculturação da arquitetura é algo insipiente que precisa passar por um trabalho profundo de formação, divulgação e valorização dessa técnica.

Essa questão pode ser colocada no âmbito do mercado imobiliário em dois temas bem diversos. Há um mercado imobiliário feito para a classe média, a classe que tem condição de acessar a moradia e que conhece o Código de Defesa do Consumidor, sabe valer os seus direitos e afastar as alternativas que não o atendem. Esse é um consumidor consciente, que sabe o que quer, que compra aquilo que lhe interessa, que lhe atende sob o ponto de vista momentâneo e até onde ele alcança a sua exigência. Evidentemente, esse mercado ainda não tem a cultura de avaliar a compra do imóvel pensando no hoje e no amanhã.

O Código de Defesa do Consumidor tem sido um instrumento de desenvolvimento de toda a indústria imobiliária, a qual, na discussão do processo, alegou que a área de habita-



ção não se inseria naquele contexto, pois era um contexto de produto, de bens de consumo do dia-a-dia, e, não, um bem de consumo durável como a habitação. No final, a construção foi inserida, o que é um fato importante para esta indústria. Ele é um código que tem propiciado o desenvolvimento do produto habitação/imobiliário e que tem viabilizado esse desenvolvimento de forma ampla.

Entretanto, o comprador ainda não tem o acultramento suficiente para pensar na sensibilidade do futuro. A verdade é que ninguém pensa na velhice; o consumidor não imagina comprar hoje e amanhã ter dificuldade de entrar na própria casa. Essa cultura é necessária para impulsionar o desenvolvimento do produto habitação. Sem que o consumidor exija e faça a sua parte isso não vai acontecer facilmente. É verdade que o mercado já começou a perceber esse detalhe, por questões de exigência. Por exemplo: recentemente uma grande construtora de Belo Horizonte fez uma grande edificação comercial, muito bem localizada, na entrada do bairro Lourdes. Na hora da comercialização ele se deparou com a seguinte situação: “Seu prédio me interessa. Eu preciso comprar dois pavimentos inteiros. Mas eu trabalho com deficientes de uma maneira geral, então só poderia comprar se o senhor tivesse um projeto de acessibilidade”. A construtora fez de tudo para conseguir, junto à Prefeitura, colocar no recuo o que a lei proibia, uma rampa que viabilizasse aquela compra. Até o Sindicato foi procurado para interceder no caso. Depois de muita discussão, porque um administrador público resolveu enfrentar a lei, acharam a saída de instalar um elevador de cadeira na entrada do prédio.

Isso serve de ícone, para chamar a atenção do mercado de que esse é um ponto importante. Mas isso precisa ser divulgado para que os arquitetos, ao vender a sua mais valia, entendam que devem oferecer ao mercado um produto que dê mais opções. Essa construtora, seguramente, passará a exigir dos seus arquitetos esta postura.

Mas o mercado é mais amplo que isso. Falta muito ainda no mercado do produto a ser utilizado dentro da habitação, como as cerâmicas antiderrapantes, cuja gama é muito pequena. Toda a cadeia produtiva da construção precisa ser chamada a atenção para esse lado do mercado.

Estamos nos referindo a uma área de mercado que tem condição de acesso, enquanto o mercado como um todo ainda não tem, na prática, muita oferta de acabamento em uma habitação que precise desses produtos. Temos em mãos hoje uma série de elementos que podem vir a propiciar isso, principalmente na segunda faixa, a área da habitação popular. Eu tive a oportunidade, no 73º ENIC em Fortaleza, de estar conversando com vários colegas de sindicatos de outros estados. Um colega do Rio Grande do Norte falava que eles estão discutindo com a Prefeitura um código de acessibilidade em Natal. Os construtores de lá estão plenamente de acordo com a questão, mas é preciso, a exemplo de outras discussões, chegar a um bom termo. Eles estão querendo que qualquer habitação de dois pavimentos reserve espaço para elevador, inclusive familiar. Quando se trata da área de mercado para a primeira faixa (alta renda), eu não vejo problema nenhum. Mas na área de habitação popular, isso é preocupante, porque falaremos de um país, onde acessibilidade significa ainda menos que urbanizar favelas, diminuí-las, viabilizar habitação de qualidade mínima. Na área popular o mercado da construção se encontra em um momento ímpar para ser um parceiro nessa cruzada de criar uma mentalidade e espalhá-la para o Brasil afora. Estamos no bojo do desenvolvimento do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat – O PBQP-

H. Nesse programa, existem as áreas das normas, das construtoras, dos produtos. Urge que a direção do PBQP-H, dentro da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, seja acessada com esse tipo de abordagem porque esse programa tem sido expandido por todo o Brasil; em Minas Gerais há 350 empresas em fase de certificação. Grupos de projetistas, grupos de empresas de fundação, enfim, toda a cadeia produtiva está se envolvendo neste processo. Como se trata de mudança de mentalidade, temos que inserir isso em todos os fóruns, e no PBQP-H, eu posso estar enganado, ainda não escutei muito acerca do tema acessibilidade.

Embora eles estivessem participando, inclusive, de uma reunião em Brasília, no Ministério da Justiça, não há nada oficial dentro do programa. Esse programa tem uma alavanca muito forte que é o poder de compra. Ele foi criado em São Paulo, porque o estado acreditava que a inadimplência que havia nos pagamentos de habitação popular era porque a habitação não durava o tempo do financiamento, portanto não havia razão para o morador continuar pagando. Então foi instituído o QUALIHAB em São Paulo, que visava, através da CEDHU, a Companhia Estadual de Habitação de São Paulo, qualificar melhor a habitação. Ao exercitar essa experiência vitoriosa, a qualidade dentro do CEDHU aumentou bastante, hoje detém níveis muito bons, de forma que esse programa alterou a cadeia produtiva da construção dentro do estado de São Paulo.

Isso foi expandido para o Brasil inteiro e dele fazem parte não só as construtoras, porque construtora não faz qualidade sozinha, mas toda sua cadeia produtiva que estava desqualificada está se qualificando. No jornal havia uma matéria em que a Associação de Cal denuncia as empresas de cal que não estão no programa e que não estão cumprindo a norma, o que é extremamente positivo.

E por que não inserir a acessibilidade nesse tema, dentro do currículo dos arquitetos? Assim, ao contratá-los, as construtoras exigirão do arquiteto – e isso já está acontecendo – que ele esteja certificado pelo programa. Tudo começa pelo poder de compra, isso não se faz de cima para baixo, o que é a grande vantagem do programa, faz-se pelo convencimento: se não se entra, fica-se de fora, então passa-se a querer se incluir. O programa não pretende a exclusão, mas ele inclui pelo lado positivo. A Caixa Econômica Federal hoje não pode mais conceder financiamento caso a empresa não esteja no programa de certificação. Quando a empresa chegar ao final do programa de certificação, que é o nível A, ela terá que exigir a qualificação de seus fornecedores, quando então chega a vez do arquiteto.

Pensar em acessibilidade para a camada de um a três salários mínimos é um conceito muito mais amplo. O governo acaba de aprovar o canal que vai subsidiar a habitação para essa camada. Aí temos que acertar os padrões de projeto de forma a não excluir, não inviabilizar custos, isto é, padrões adequados que não chegam ao padrão americano, uma sociedade que tem a cultura arraigada.

Em Belo Horizonte, eu desconheço ainda trabalho, que esteja em trâmite, de adequação da legislação municipal ou de regulamentação para exigência de acessibilidade a fim de se adequar à lei federal. Pelo menos o Sinduscon-MG não está, por enquanto, participando de nenhum grupo nessa área. Temos, ao longo do tempo, participado de todos os encontros em que se discute a formulação ou a modificação da legislação federal. O momento é positivo para Belo Horizonte, porque estamos em plena organização da Conferência Municipal de Política Urbana, quando são apresentadas propostas para modificar a legislação. Isso é feito a cada quatro anos, então é oportuno que esse tema esteja presente nestas discussões.

## Itamar Kalil

Coordenador do Núcleo de Extensão da Universidade da Bahia por dois mandatos; vice-presidente da Abea – Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo de 1991 a 1993, atual presidente da Abea; membro da Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo por dois mandatos, atual membro da Comissão de Avaliação dos Cursos de Arquitetura do MEC.

Vivemos em uma situação hoje, no Brasil, em que a temática da inclusão tem sido recorrente e sem dúvida uma mesa composta em sua maioria por arquitetos e urbanistas de alguma maneira tem uma grande responsabilidade nessa questão. A temática da acessibilidade é sempre colocada sob o aspecto físico. No entanto, a chamada do próprio seminário, segundo a qual pessoas e grupos vivenciam a exclusão na sociedade – os portadores de deficiência, os pobres, os velhos, as mulheres, as crianças, os negros, os índios, os presidiários, os homossexuais e tantos outros –, faz-nos refletir e obviamente ampliar o ponto de vista da acessibilidade física. Gostaria de discutir como a inclusão se materializa na prática do ensino.

De alguma forma, a educação no país encontra-se efervescente na medida em que busca caminhos, então que papel esses currículos têm na manutenção de alguma forma de exclusão social.

O professor Tomás Tadeu da Silva, da Universidade do Rio Grande do Sul, faz uma avaliação sobre as teorias dos currículos, segundo o qual a escola se constitui um aparelho ideológico central, porque atinge praticamente toda a população por um período prolongado de tempo. Nesse sentido a escola é importante, porque insemina uma ideologia. Ela atua ideologicamente através do seu currículo, seja de forma direta, através das matérias mais suscetíveis ao transporte de crenças explícitas sobre as desejarabilidades das estruturas sociais existentes, como estudos sociais, história, geografia, seja de forma indireta, através das disciplinas mais técnicas, como ciências e matemática. O professor Tomás acredita que a ideologia desse currículo traz embutida de alguma forma a exclusão, a manutenção do sistema do mundo capitalista. Ele também questiona maior prestígio a algumas disciplinas do que outras: por que alguns currículos são caracterizados por rígida separação entre as diversas disciplinas, enquanto outros permitem maior integração? Quais são as relações entre princípios de organização e princípios de poder? Quais interesses de classes, profissionais e institucionais, estão envolvidos nessas diferentes formas de estruturação e organização? A estreita relação entre organização curricular e poder faz com que qualquer mudança curricular implique uma mudança também nos princípios de poder. Ele conclui que ou passamos a entender que papel o ensino tem na manutenção desse status, ou não conseguiremos de nenhuma maneira alterar a situação que hoje se apresenta, embutida na ideologia do ensino. Finalmente, para ele, currículo é lugar, espaço, território; currículo é relação de poder, trajetória, viagem, percurso; autobiografia, nossa vida, *curriculum*, no currículo se forja a nossa identidade; currículo é texto, discurso, documento, o documento de identidade.

Portanto perguntemo-nos: o que as escolas têm ensinado? A Arquitetura, particular-

mente, tem sempre desempenhado um papel muito elitista dentro da sociedade, temos visto a situação das nossas cidades, os déficits habitacionais, a população excluída, e a atuação das escolas sempre voltada para a elite da sociedade. Cabe ao arquiteto e urbanista no seu desenho do edifício ou da cidade prover condições de acessibilidade àqueles portadores de necessidades especiais, no entanto a exclusão vai além. O que o nosso ensino da Arquitetura tem feito na possibilidade de solução dos problemas mais crônicos da sociedade? Como os portadores de necessidades da habitação têm no arquiteto e urbanista a sua solução? Como estamos preparando nossos futuros profissionais para que enfrentem esse desafio?

Há uma idéia nas escolas de Arquitetura de que o mercado de trabalho do profissional está voltado obviamente para as grandes obras e pouco se discute a capacitação que esse profissional teria na solução dos grandes problemas. Costumamos perguntar se, em um passe de mágica, tivéssemos uma política governamental que tentasse resolver a questão da habitação, haveria arquitetos e urbanistas capazes para enfrentar esse desafio? O problema não é somente pelo número de profissionais que existem, como também por eles não serem preparados para isso, pois acham que o mercado de trabalho está exatamente no indivíduo que vai construir uma residência ou no poder público que propõe uma grande obra, enquanto há um campo vastíssimo aberto para um trabalho direto com as próprias comunidades. Estamos bastante longe disso, pois o currículo da escola traz em si uma ideologia transmitida por quem ensina e ela se perpetua como seu modo de produção, o que torna difícil para qualquer egresso dessas escolas ter a visão ampla do processo de inclusão.

Temos trabalhado nesse sentido específico da acessibilidade física, uma discussão recente; o poder público está preocupado com isso, inclusive através de legislação, ao obrigar prédios e edifícios públicos a disponibilizarem esse acesso, o Ministério da Educação impõe às escolas se adaptarem a tal condição. No entanto é difícil embutir isto nas escolas de arquitetura, a possibilidade de que o aluno, na sua prática pedagógica, consiga introjetar essa idéia. Uma experiência de sala de aula é que o tempo inteiro tem-se que ficar remarcando a possibilidade de que certa edificação exclua determinadas pessoas. Embora se tratando só da acessibilidade física, percebemos como isso está carregado de ideologia de perpetuação do poder. Se fizermos algo, estaremos até resolvendo a acessibilidade física, mas ainda permanecerá a exclusão social.

A área de arquitetura tem promovido inúmeros debates a respeito de currículo na questão da prática de ensino dentro das escolas, promoveu recentemente alterações curriculares já na perspectiva das novas diretrizes definidas pela LDB, mas ainda acredito que esteja longe de atingir o que pretendemos. Alguns até questionam se, por exemplo, o currículo especificamente tenha que conter essas particularidades. Creio que o currículo é um conjunto de conteúdos no sentido de determinar qual profissional pretende-se formar. A prioridade está mais na prática pedagógica, a partir do cotidiano das escolas, na ideologia dos professores, do que simplesmente na definição de disciplinas e conteúdos que possam estar explícitos nesse currículo.

## João Júlio Vitral Amaro

Professor da Escola de Arquitetura da UFMG.

Para analisarmos este tema – Acessibilidade e Ensino – trazemos a questão da inserção, via sistema educacional, de parcelas da população hoje excluídas – ou incluídas apenas precariamente – na apropriação dos bens culturais e materiais que se produz no país.

A educação não deve ser vista apenas como meio de inserção de parte da população no mercado de trabalho. A questão da educação deve ir além. Para iniciar a discussão, não se deveria, já de início, restringir conceitualmente o alcance da reflexão sobre educação. Trata-se de pensar como, pela educação, poderão ser alterados os padrões a partir dos quais estamos acostumados a pensar *progresso, exploração dos recursos naturais, desenvolvimento, distribuição de renda, riqueza* etc. A questão é complicada e difícil de ser problematizada. As causas são várias. Uma delas liga-se ao fato de que países na periferia do mundo industrializado, como o Brasil, são acostumados a pensar a si mesmos seguindo os cânones dos países que “deram certo” – os chamados países centrais. Embora com toda a dificuldade, o Brasil, pela dimensão de seus problemas e pela proporcional mobilização de recursos técnicos e de criatividade de políticas públicas necessárias para a mudança do nosso quadro social, sem dúvida nenhuma justificaria a busca mais decidida por iniciativas autóctones, na reflexão sobre os rumos de nossas políticas sociais e educacionais.

Quando apontamos para a questão da inserção no mercado de trabalho envolvida no tema educação, queremos chamar a atenção para uma aparente obviedade: que o sistema educacional deverá se preparar para uma melhor busca de oportunidades no mercado de trabalho é coisa que ninguém duvida. Mas a discussão, se se quer aprofundar esse tema, deve retroceder à questão da constituição desse mercado do qual se fala. Devemos nos precaver de palavras, como mercado, por exemplo, ao nos situarmos frente à questão educacional. Nenhuma palavra derivada dos conceitos da economia política é inocente. Todas ajudam a escamotear, no fundo, concepções particulares da vida social, paradigmas tecnológicos e padrões culturais.

Para entrar logo no assunto, evitando tomar muito tempo para considerações de ordem teórica, queremos ilustrar essa nossa preocupação com a questão do mercado, com o fato do rápido (talvez precoce demais) desaparecimento do trabalho familiar na agricultura brasileira. Talvez seja esse o melhor exemplo para uma reflexão sobre a oportunidade de se acelerar o processo de generalização das relações mercantis. O mercado, com a ampliação da monetarização que o pressupõe, trata de “desativar” aqueles setores ou parcelas de trabalhadores sem condições de competir segundo os critérios de rentabilidade então vigentes. *Rentabilidade*, é bom não esquecer, é sempre resultado de comparações no conjunto do trabalho social. Aquelos setores ou regiões caracterizados pelo trabalho familiar, ou ainda não contaminados pela intermediação monetária (como era o caso de inúmeros *nichos* da produção alimentar), ao ficarem aquém na média da relação insumo-produto, tendem a desaparecer rapidamente. E com eles desaparecem, como mostrou a tragédia brasileira do êxodo rural, o trabalho, os alimentos, e todos os outros componentes que faziam o elo social de grande parte da população. A idéia de modernização na agricultura – e com ela um padrão tecnoló-

gico cujos critérios de rentabilidade não levavam em conta as conseqüências sociais – foi implantada sem dar chance a caminhos alternativos.

Engano achar que as “soluções de mercado” podem prescindir do exame das condições culturais no qual o mercado se move. Um dos fatores que propiciaram a arrancada da indústria japonesa foi a demanda que os próprios japoneses representavam no escoamento de sua produção, muito embora produtos industriais americanos de melhor qualidade e preços menores já estivessem disponíveis. Há, como ilustra o caso japonês, um componente cultural no mercado. Componente não mensurável pelos economistas. A economia afliente não indaga sobre esses elementos que constituem o mercado. Junto com a afirmação de que o mercado deverá ser o alvo da educação, poderão estar vindo também apologias de determinados padrões tecnológicos e culturais. Histórias de *desenvolvimento*, *progresso*, ou de adequação ao mercado em outras culturas, apenas com considerável aporte crítico, deverão ser tomadas como paradigma para países não desenvolvidos. Antes de se pensar numa pura e simples “preparação para o mercado”, ou inclusão via mercado, o sistema da educação como um todo (incluídos aí a educação básica, as universidades, os centros de pesquisas tecnológicas etc.) deverá tematizar a questão dos padrões culturais subjacentes à vida econômica. Talvez seja aqui conveniente lembrar, para melhor aclarar os argumentos que vêm a seguir, que “necessidades sociais” (que podem aparecer como demanda no mercado) são representações plasmadas de modos diferentes em culturas diferentes. Uma coisa pode ser “necessidade” em uma cultura e não em outra.

Dirigindo nossa atenção para considerações sobre uma área específica da educação – a formação de arquitetos e engenheiros relacionados com a produção da nossa paisagem construída (cidades, habitações, saneamento básico, transportes etc.) – algumas reflexões são fundamentais. Uma delas diz respeito às “necessidades sociais”. Aqui cabe uma pergunta. Como se constituem as necessidades, ou melhor, como padrões culturais de qualidade de vida (renda, saúde, conforto) se incorporam no imaginário social, nas representações que a coletividade faz de si mesma, fazendo com que algumas profissões sejam “necessitadas” (e, a partir daí, reconhecidas socialmente) para suprir uma pauta cobrada coletivamente?

Frente ao quadro da pálida presença do profissional arquiteto junto à paisagem que efetivamente se constrói no país, é hora de se perguntar se a própria formação desse profissional não seria também responsabilizada por essa situação. Os agentes desse meio cultural – incluídos aqui arquitetos ativos na profissão, estudantes, professores e faculdades de arquitetura – teriam também um papel de conformadores da representação que se faz da profissão. Quantos no país constroem e quantos sentem necessidade do arquiteto – ou lembrando da colocação acima – quantos vêm que a arquitetura é necessitada? As instituições de ensino de arquitetura gastam toda energia na feitura dos cânones da “norma culta” do texto arquitetônico (não sem ironia adotamos aqui o palavreado de certos *pós-modernos* que substituem *obra* por *texto*). A relação que então se reafirma é a de todo elitismo, que se pauta pela idéia de que os “outros” é que deverão chegar “até nós”. (Não devemos nos esquecer aqui que a atitude “populista” – “nós” levaremos até “eles” – é apenas o elitismo com sinal invertido).

Antes de oferecer respostas prontas, espero ter deixado aqui algumas perguntas que poderiam nos conduzir para as questões do ensino – e em particular do ensino da arquitetura – relacionadas às necessidades sociais, à inserção social de grande parte da população e, mais importante ainda, para as questões relativas à constituição, no imaginário social, da necessidade do ensino e da finalidade de determinadas profissões.

## Mário Sérgio Correa Dias

Engenheiro Civil, primeiro coordenador da Comissão Permanente de Acessibilidade do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais; atual coordenador da Câmara Especializada de Engenharia Civil do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de Minas Gerais.

**E**xiste um desvio na abordagem da acessibilidade e da inclusão social: o conceito de que a responsabilidade de solução da acessibilidade é das áreas tecnológicas da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia. Na realidade essas profissões têm uma grande responsabilidade na solução dos espaços urbanos, privados ou não, mas elas não são as responsáveis por essa solução. Então eu gostaria de ter na composição desta mesa companheiros da área de jornalismo, turismo, até porque criticamos muito o Primeiro Mundo, julgamo-nos colonizados e o somos, mas, como consultor de estratégia empresarial, as pessoas têm pouca visão dos fatos. Por exemplo, criticam-se muito os Estados Unidos, porém lá os comerciantes, as pessoas de visão, que estão à frente do seu tempo, já entenderam que o portador de deficiência é um público excepcional como consumidor. Primeiro, porque ele nunca está sozinho, está sempre com alguém que também consome; segundo, se ele porque vai pouco ao supermercado, por isso a tendência é comprar mais. Chamo a atenção da organização para corrigir esse foco.

Estou em uma Universidade respeitada e conceituada, mas após as duas falas anteriores quero comentar, mesmo com toda rudeza: temos a prova cabal da distância entre a academia e a sociedade. A academia é tão elitizada, tão dona de si, e por vezes torna-se tanto um meio de si mesma, que ela está desconectada da realidade. O que percebemos nas falas dos nossos antecessores é que a academia é um centro de formação intelectual e deveria ser um centro de excelência; ao invés de andar na frente ditando caminhos, anda a reboque. Isso é um absurdo, e a minha posição é de guerrilheiro mesmo, um provocador. Além disso, enquanto estamos discutindo – embora seja necessário discutir a formação curricular –, vimos um exemplo excepcional da cidade de Jundiá, em que os estudantes estão reproduzindo um modelo ultrapassado, incute neles por professores universitários. Então a academia tem dificuldade de introjetar novas tecnologias, principalmente aquelas que não são emanadas do seu próprio meio. Dei aula muitos anos, inclusive dentro de Universidade, fui professor da PUC Minas, mas a academia tende a fechar-se em si mesma e nós estamos assistindo.

Esse é um conceito novo, avançado, de responsabilidade de todos, da academia, das ONGs, da sociedade civil organizada, de cada um de nós. Vejamos um exemplo: as normas brasileiras existem há muitos anos e são absolutamente claras no que tange à acessibilidade física dos portadores de qualquer tipo de deficiência. No entanto elas não são cumpridas, simplesmente porque elas não são ensinadas nas escolas. Não sei quantos aqui são das áreas tecnológicas de engenharia, mas o engenheiro e o arquiteto, ao construir ou projetar, não obedecem à norma brasileira. Isso porque norma deve ser seguida, mas não é lei. Não precisa ser seguida, mas tem que ser conhecida. Outra razão muito simples é que quem está encomendando aquele trabalho também não tem dentro de si esse conceito. Então, enquanto a

sociedade como um todo não se colocar a favor dessa bandeira, continuaremos reproduzindo modelos falidos. Dou outro exemplo muito simples: aqui a grande maioria é mulher e é jovem, há vinte anos a mulher era discriminada, não lá no Afeganistão, no Oriente Médio, onde eu já residi, mas aqui neste país emergente. Em duas décadas, avançamos muito, embora nos perguntemos se, para os conceitos ambientais, nós precisamos de cem anos para evoluir com eles. Percebo que o Brasil hoje dita regras e dita caminho no mundo, o que significa tomada de posição da sociedade como um todo. Temos que nos portar como difusores desse conceito. Este evento se presta a esse papel, mas temos que sair mais do discurso e partir mais para a prática. Chamo o testemunho da arquiteta Vera, assessora da Câmara de Arquitetura do Crea, mais ou menos a nossa síndica do prédio do Crea, um monumento na praça da Assembléia, 11 andares. Graças à nossa luta, instituímos, nos últimos dois anos, duas vagas para portadores de deficiência em um estacionamento que, salvo melhor juízo, cabem mais de 150 veículos. É modesta a nossa ação, mas estamos dando o exemplo, começamos a mudar de dentro. A nossa mudança tem que ser operada de dentro para fora, pois não basta ter discurso desconectado da prática.

Hoje o Crea está tomando atitudes severas. Há diversos convênios de cooperação com entidades da área da Engenharia e Arquitetura e Agronomia. Nenhuma entidade recebe nenhum centavo de parceria do Crea, se ela não se comprometer com um projeto de tornar as suas instalações acessíveis. São conceitos simples, na realidade estamos vendo, no Crea, que a decisão é muito mais política do que de natureza econômica, principalmente quando se está projetando, pois o conceito da inclusão não é fazer um ambiente especial para o portador de deficiência, mas, sim, um ambiente em que ele tenha o acesso sem constrangimento. Qual é a diferença, em termos de custo, de se colocar em uma edificação todas as portas com, no mínimo 90 cm ou 80, que já é prescrito em norma? No entanto vêem-se muitos apartamentos de alto nível com portas de banheiro de 60cm. Qual é a diferença de se colocar um elevador com comunicação sonora? Desde a década de 60, eles existem em Brasília; hoje 99% das edificações não têm sinal sonoro para portador de deficiência visual.

Se nós nos conscientizarmos que queremos uma sociedade mais justa, que queremos proporcionar a inclusão social, faremos a mudança neste mundo. A partir de cada um de nós vamos mudando na nossa casa. Se hoje estamos aqui, absolutamente sem problema de mobilidade, sem deficiência pelo menos visível, amanhã podemos ser vitimados temporariamente e sermos portadores de alguma deficiência por período limitado. Então veremos que o tamanho da agressividade desse mundo: imaginemos uma pessoa portadora de deficiência de locomoção, quando tem que se deslocar em cadeira de roda para acessar um caixa automático. Há um teatro em Belo Horizonte com aquela plataforma para elevar um portador de deficiência de locomoção, o Palácio das Artes, porque foi autuado pelo Conselho, digamos, sugestionado a implantar esse instrumento. Salvo melhor juízo, em uma das salas do *shopping* Lourdes, tal plataforma fica atrás dos painéis; é esquisito o portador ter quase que se esconder para entrar no cinema.

Esses conceitos têm que ser difundidos, porque poderemos ser o portador de deficiência. Nosso país já foi jovem, hoje ele é de meia idade, temos que cuidar, porque a deficiência vem também com a idade. Se não quisermos ter esse conceito como ideologia, pelo menos em termos práticos: isso representa mercado, dinheiro, em última análise.

Uma outra questão que eu queria abordar é sobre a carência de legislação. Lanço ou-



tro desafio: o conceito de nação ou de estado é abstrato, eu nunca pisei o Brasil, Minas Gerais, ou esta cidade; o meu país e o meu estado são esta cidade e eu convivo, por dever de ofício, diuturnamente com a Câmara Municipal desta cidade. Então dizer que o nosso arcabouço legal é suficiente é uma inverdade. Por exemplo: eu analisava um processo de dois autores, inclusive um dos vereadores é portador de deficiência visual, em que é permitido ao portador de deficiência visual o acesso a qualquer espaço público com o seu cão guia. Porém o cachorro tem uma série de restrições, deve ser treinado em uma associação deve ter atestado de sanidade fito-sanitária. Não existe lei no município para isso, não se entra no *shopping center* com animal, embora aquele não seja um animal convencional, é um cão de trabalho, nem se entra em uma sala de projeção ou supermercado com animal, pois existem leis que proíbem. A legislação brasileira é falha e isso é competência do município. Então, em um evento como este, acabamos tratando de acessibilidade com relação à legislação. Se não fizermos do legislador municipal o nosso instrumento e a nossa voz, jamais emplacaremos essa idéia.

O conselho regional pode fiscalizar o exercício profissional, o que tem atuado decisivamente no sentido de promover a difusão dessas idéias. Temos uma parceria com a ABNT, em que todo e qualquer profissional pode adquirir as normas com diferença de preço, via conselho; temos a nossa comissão de acessibilidade com profissionais do mais alto gabarito técnico, disponibilizados para dar treinamento, palestras – estamos fazendo essas palestras por todo o interior, treinamos recentemente todos os inspetores do interior do Estado sobre acessibilidade.

Somos uma andorinha, e uma andorinha faz verão, mas leva tempo e nós temos pressa, queremos emplacar esse conceito, queremos que ele faça parte do cotidiano das nossas vidas.

## Wilson Ribeiro dos Santos Júnior

Coordenador de Curso da FAU – PUC Campinas.

A construção de uma sociedade democrática e igualitária, como condição para a superação do atraso e da miséria social, reafirma-se como um compromisso prioritário na extensa agenda das transformações urgentes e necessárias para o pleno exercício da cidadania em nosso país. Esta construção pressupõe, na essência, o reconhecimento das diferenças e o direito a elas, a distribuição dos benefícios do desenvolvimento material e a conquista de padrões de qualidade de vida compatíveis com as necessidades humanas atuais.

Nas últimas décadas, ocorreram, em nosso país, importantes mudanças políticas, tais como o fim do regime militar repressivo e autoritário, a retomada das eleições diretas, a Constituinte de 1988 e as eleições diretas. Houve, ainda, mudanças políticas como o propalado “milagre brasileiro” dos anos 70, a chamada “década perdida” dos anos 80 e a sucessão de planos de estabilização econômica. Todas elas causaram profundas repercussões na estrutura social.

Porém, o país, que emergiu dessas transformações, apresenta um cenário dramático

em que uma das maiores concentrações de renda do mundo combina-se com a ampliação progressiva das desigualdades sociais. A transferência da população do campo para a cidade, ocorrida neste contexto, promoveu um crescimento extraordinário em torno dos grandes centros, onde, com as condições existentes de miséria e exclusão social, eclodem problemas de toda ordem.

A contribuição do ensino, notadamente, da Universidade – enquanto núcleo de produção de novos conhecimentos, pesquisas e tecnologias de aplicação e alcance social – no enfrentamento destas questões vem se dando de modo rarefeito, e muito aquém de suas possibilidades.

O crescimento exponencial do número de cursos e Universidades nas últimas décadas, patrocinado majoritariamente por empresas educacionais sem compromisso social - à exceção das universidades públicas, confessionais e comunitárias - aliado à ausência de um debate e avaliação de padrões de qualidade do ensino oferecido cooperaram efetivamente para a ruptura da interlocução da Universidade com a sociedade, comprometendo a formação acadêmica e profissional de uma geração de estudantes.

Apesar do inconformismo e do espírito de luta, que marcaram estudantes, professores, servidores e demais segmentos integrados à Universidade em nosso país, as dificuldades interpostas ao livre debate e às atividades associativas durante o longo regime militar resultaram no esgarçamento de uma desejada relação entre a produção de novos conhecimentos e tecnologias no âmbito acadêmico e sua apropriação social. Tornaram-se diluídos de maneira significativa, em que pesem algumas exceções neste processo, os laços de conexão das instituições de ensino com os temas, reflexões e demandas apresentadas pela crescente complexidade de nossa sociedade, assim como a interação contínua do universo profissional com os rumos da formação escolar.

Neste contexto, também, no ensino de arquitetura e urbanismo, a ausência de foco nas dimensões sociais, com graus variados do ponto de vista teórico-conceitual, da atualização tecnológica e da atuação prática, acabou por tornar episódica a contribuição das escolas existentes no sentido de oferecer à sociedade um campo de reflexão, debate e busca de soluções para problemas pertinentes à área de atuação profissional.

Nas últimas décadas, desafios de geometrias variáveis em escala e complexidade, resultantes das demandas progressivas colocadas pela realidade do país, vêm sendo colocados para a Arquitetura e para o Urbanismo. Ao aumento vertiginoso da concentração urbana, à escala de ocupação do território nacional e à degradação da vivência coletiva, sublinhada pela extrema concentração da riqueza e pela ampliação da exclusão social, vêm correspondendo crescente solicitação de novas soluções projetuais e tecnológicas para setores estruturais como moradia, espaços públicos de qualidade, infra-estrutura urbana, saneamento básico, abastecimento energético, preservação e manejo do meio ambiente.

A recuperação, com o pleno acesso ao espaço público das grandes cidades, como o espaço democrático, do convívio, da explicitação das diferenças e da solidariedade humana, constitui-se como um dos nossos maiores desafios neste começo de século.

A significação cultural da Arquitetura e do Urbanismo permite ampliar os efeitos demonstrativos das obras realizadas nas grandes cidades revelando o potencial pedagógico e de construção de cidadania ao introduzir novos e adequados conceitos de vivência urbana e novas condições de habitabilidade dos edifícios e acessibilidade a eles.

A luta pela construção de uma sociedade democrática requer, portanto, do ensino de Arquitetura e Urbanismo o compromisso com a busca de soluções projetuais e construtivas capazes de atender às demandas coletivas e, ao mesmo tempo, às específicas dos grupos que apresentam necessidades especiais.

Para retomar o tempo perdido, é importante incorporar e inscrever a busca da superação das diversas formas de exclusão social no bojo da implantação das novas diretrizes curriculares para o ensino de Arquitetura e Urbanismo no país, visando a um novo parâmetro de ensino que embase uma atuação profissional crítica e criativa preocupada em equacionar, de um ponto de vista inclusivo, a organização do espaço urbano e regional e apresentar soluções arquitetônicas e urbanísticas aos problemas existentes.

Assim, é fundamental que sejam introduzidos e disciplinados, nos diversos âmbitos da atividade escolar, nas atividades de pesquisas e nos projetos de extensão, a preocupação ética e os conteúdos necessários para a busca de soluções adequadas às necessidades especiais de grupos diferenciados, tanto do ponto de vista dos assentamentos habitacionais como nas diversas escalas de participação no meio urbano.

Para enfatizar a importância da sensibilização e conscientização das novas gerações de profissionais quanto aos temas e procedimentos vinculados à acessibilidade e à inclusão social nos projetos pedagógicos bem como seus reflexos nas práticas formativas cotidianas dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, o atendimento aos mesmos poderá se constituir como um importante indicador nos processos avaliativos que estão sendo implantados na área, seja através de instrumentos como o Exame Nacional de Cursos, vinculados ao Ministério de Educação ou avaliações complementares promovidas por Conselhos e entidades profissionais.

O estudo, a pesquisa e a busca de soluções para os agudos problemas decorrentes da exclusão social, certamente, irão contribuir para a qualificação dos novos arquitetos e urbanistas tornando-os capazes de ampliar as fronteiras de atuação e de restabelecer plenamente o compromisso social da profissão.